



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 22/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10740/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Apuí.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Adimilson Nogueira, Prefeito do Município de Apuí e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 141/2015 (fls. 2335/2385).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 318/2016-MPC-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 2386/2400).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Apuí. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio. Desaprovação das Contas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO, recomendando a **DESAPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS** do Sr. **Adimilson Nogueira, Prefeito de Apuí**, referente ao exercício 2014, nos termos do inciso I do art. 1º da Lei n. 2.423/96, em decorrência de grave infração à norma legal (irregularidades “1”, “3”, 4.1 de “a” a “f”, “6”, “8” e “19 parcialmente”)

10- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 04 de Maio de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

PARECER PRÉVIO Nº 22/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 22/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 10740/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Apuí.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Adimilson Nogueira, Prefeito do Município de Apuí e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 141/2015 (fls. 2335/2385).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 318/2016-DMP-MPC-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 2386/2400).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Apuí. Exercício de 2014.

Contas Irregulares. Multa. Remessa dos autos à DICREX. Determinação à Origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1- Julgar Irregulares a Prestação de Contas do Sr. **Adimilson Nogueira**, Ordenador de Despesa de Apuí, referente ao exercício 2014, nos termos do inciso II do art. 1º e da alínea “c” e “b” do inciso III do art. 22, todos da Lei 2.423/96, em decorrência de grave infração à norma legal (irregularidades “1”, “3”, 4.1 de “a” a “f”, “6”, “8” e “19 parcialmente”);

9.2- Aplicar ao senhor Adimilson Nogueira, Prefeito e Ordenador de Despesa de Apuí, referente ao exercício 2014, a **multa** prevista no inciso VI do art. 308 do R/TCE-AM, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos, em razão de graves infrações a normas legais (irregularidades “1”, “3”, 4.1 de “a” a “f”, “6”, “8” e “19 parcialmente”);

9.3- Remeter os autos à DICREX para a cobrança executiva dos valores imputados, de acordo com o que preceitua o art. 3º da Resolução n. 3/2011-TCE e observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;

9.4- Determinar à Origem, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que:

9.4.1- faça adequado controle da entrada e saída de material, nos termos dos arts. 94 ao 96 da Lei 4.320/64;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 22/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

9.4.2- controle todos os bens de caráter permanente e providenciar os Termos de Responsabilidade identificando os agentes responsáveis pela guarda e administração dos bens constantes do Ativo Permanente com adoção de registro de tombamento e identificação mediante a utilização de plaquetas em obediência ao artigo 94 da Lei nº 4.320/64 c/c o art. 1º VII da Resolução nº 05/1990, sob pena de possibilidade de aplicação do disposto no § 1º do art. 22 da Lei Estadual nº 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c alínea “e” do inc. III do § 1º do art. 188 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM);

9.4.3- observe com rigor o prazo legal para remessa do Relatório Resumida da Execução Orçamentária – RREO e do Relatório Gestão Fiscal - RGF ao TCE, conforme exige o inciso I do art. 5 da Lei n.º 10.028/00, a alínea “h” do art. 32 da Lei n.º 2.423/96 e III do art. 4º da Resolução 15/2013;

9.4.4- providencie estudos para viabilizar a realização para provimento dos cargos de médicos, em observância à regra constitucional do concurso público para admissão de pessoal previsto no inciso II do art. 37 da Constituição Federal;

9.4.5- designe o fiscal do contrato para acompanhar a efetiva prestação dos serviços de médicos, nos termos art. 67, da Lei nº 8.666/93;

9.4.6- o Fundo Municipal de Saúde realize as audiências públicas trimestrais na Câmara dos Vereadores para discutir o relatório financeiro e operacional da Saúde, em cumprimento ao art. 12 da Lei nº 8.689/1993 c/c o art. 9º do Decreto nº 1.651, de 28.09.1995;

9.4.7- efetive as recomendações assinaladas pelo Controle Interno Municipal nos memorandos 004/2015-CIM, 009/2015-CIM e 013/2015-CIM, sob pena de aplicação das penalidades em vigor;

9.4.8- nomeie o fiscal do contrato para cada termo firmado de prestação de serviços e obras, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, e instrua os processos de contratos com todos os documentos requisitados pela legislação, com fins de imprimir transparência, celeridade às análises processuais e não obstruir a inspeção deste Tribunal;

9.4.9- mantenha a contabilidade, com todas as informações necessárias, de forma tempestiva, incluindo todas os dados contábeis daqueles que estão sob o Poder Executivo, a fim de atender ao Princípio da Oportunidade;

9.4.10- observe a Lei de Responsabilidade Fiscal, dando pleno cumprimento dos arts. 48 e 48-A, que tratam da ampla divulgação dos instrumentos de gestão fiscal;

9.4.11- mantenha todos os documentos na sede da Prefeitura, nos termos do Ofício Circular 2/96 e a Decisão 163/2007, sob pena de ter todas as despesas glosadas;

9.4.12- observe a LRF, principalmente, o §1º do art. 1º, a fim de zelar pela responsabilidade na gestão dos recursos públicos;

9.4.13- observe, por último, que a reincidência do agente responsável no cumprimento destas determinações acarretará o julgamento das suas respectivas Contas irregulares, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

10- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 04 de Maio de 2016.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 22/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral